

# **Títulos da Dívida Pública de Juiz de Fora: teoria e prática do mercado financeiro**

**Felipe Marinho Duarte<sup>1</sup>**

## Resumo

O trabalho se insere no debate sobre a formação da sociedade de mercado, cujas reflexões estão direcionadas ao estudo das origens da sociedade urbana no Brasil e da formação de praças comerciais em cidades localizadas em regiões interioranas do país. Tomaremos como objeto de estudo o município de Juiz de Fora, onde foi possível perceber um processo de retenção e reaplicação de recursos financeiros que favoreceram o desenvolvimento econômico local. O crescimento urbano gerou inúmeras oportunidades de investimentos capitalistas, entre eles destacamos os Títulos da Dívida Pública municipal por ser um mecanismo coordenado pela administração pública local que auxiliou na transferência de capitais entre o setor agrário (tradicional) para o setor urbano-industrial (moderno).

**Palavra-chave:** História Econômica, Mercado Financeiro e Títulos da Dívida Pública

---

<sup>1</sup> DUARTE, Felipe. Aluno do mestrado em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Este trabalho foi realizado sobre a orientação do professor Anderson Pires.

Este trabalho pretende inicialmente apontar algumas reflexões que tocam o campo da História Econômica, suscitando algumas propostas de análises sugeridas nas diversas obras escritas por Karl Polanyi. Dada a complexibilidade do pensamento desenvolvido pelo autor, nos concentraremos em destacar principalmente suas contribuições para o entendimento dos mercados financeiros (pré-capitalista e capitalista) e suas implicações para a Teoria Econômica e Social. A presente discussão toma como eixo central sua obra mais difundida no *métier* acadêmico brasileiro<sup>2</sup>, sendo assim, concordamos com a afirmação feita por Karl Polanyi que seria impossível que uma sociedade reproduzisse sem que fosse organizado um sistema econômico capaz de dinamizar as relações de troca<sup>3</sup>. Neste sentido, muitos historiadores, arqueólogos, sociólogos, entre outros cientistas sociais se empenharam no objetivo de estudar a construção social dos mercados, bem como identificar e comparar as diferenças existentes entre as várias espécies de economias.

Karl Polanyi, assim como outros teóricos da envergadura de Durkheim, Weber, Simmel e Veblen refletiram sobre o papel das instituições que permeiam a “vida econômica” dos indivíduos e, que estão presentes na estrutura de organização de determinadas sociedades, dentre estas instituições podemos destacar o próprio mercado. Os referidos autores, assim como outros não citados, desenvolveram suas argumentações no sentido de “humanizar” a economia, inclusive tecendo duras críticas aos economistas, em muitos casos acusados de utilizar pré-noções, isto é conceitos econômicos que não foram definidos cientificamente, mas que fazem parte do senso comum<sup>4</sup>.

A sociedade de mercado se configura como uma novidade na história humana e teria surgido concomitantemente ao advento do capitalismo, fato que não elimina a existência de mercados em sociedade pré-capitalista. Entretanto, os sistemas econômicos pré-capitalistas estavam demasiadamente sujeitos aos padrões culturais e sociais que regulavam a vida cotidiana das pessoas<sup>5</sup>. Existe uma gama de estudos que tiveram a preocupação de apresentar a pluralidade destes sistemas econômicos,

---

<sup>2</sup> POLANYI, Karl. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

<sup>3</sup> *Idem*. pp. 62-88.

<sup>4</sup> RAUD-MATTEDI, Cécile. *A construção social do mercado em Durkheim e Weber: análise do papel das instituições na sociologia econômica clássica*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 20. nº 57. P. 128

<sup>5</sup> POLANYI, Karl. *A grande transformação*. *Op. Cit.* p. 77.

encontrados nas diversas sociedades primitivas<sup>6</sup>. Ao que tudo indica a característica que assemelha estas economias “primitivas” é a ausência do lucro nas atividades relativas à troca entre os membros da comunidade ou mesmo no comércio externo, pois o lucro é um traço típico das sociedades cujo sistema capitalista está na base da sua organização social. Embora o lucro não esteja presente no fundamento destas economias pré-capitalistas, existem outros elementos não econômicos, tais como: parentesco, nascimento, casamentos, religião, entre outras motivações que dão certa complexidade a estas economias, onde o interesse individual raramente se sobrepõe a coletividade<sup>7</sup>. Aliás, estes componentes não econômicos também estão presentes nas economias de mercado e, em muitos casos, são essenciais para a otimização do seu funcionamento. Todavia o individualismo torna-se uma, dentre tantas, características evidenciadas com a tessitura da modernidade europeia, que mais tarde se difundiria pelo mundo.

A modernidade significou a emergência de instituições, de valores, de concepções, de atitudes, de modos específicos de vivência do tempo, de apropriação do espaço, de produção e reprodução material, de organização da vida política, de vivências subjetivas, que redefiniram de fato, o projeto civilizatório ocidental.<sup>8</sup>

Dentre as propostas encontradas no arcabouço do pensamento polanyiano está a tentativa de fusão da História com a Antropologia, cuja junção destas duas matrizes teóricas-explicativas teriam resultado no surgimento da Antropologia Econômica<sup>9</sup>. Entre suas preocupações se destacam os problemas que surgem a partir da análise das interações humanas com o espaço físico destinado ao desenvolvimento das relações econômicas, ou seja, o mercado. Ao dimensionar fisicamente o local onde as trocas são realizadas concretamente, o mercado perde seu caráter abstrato (exclusivamente institucional) e se transforma no lugar (real) onde há concentração de pessoas com o intuito de intercambiar produtos, logo, as mercadorias são passadas de mão para mão seguindo as práticas e rituais estabelecidos socialmente<sup>10</sup>. Estes espaços se tornam uma

---

<sup>6</sup> Ver em: DALTON, George. *Primitive, archaic, and modern economic*. Boston: Beacon, 1971. POLANYI, Karl; ARENSBERG, Conrad; PEARSON, Harry. *Comercio y mercado en los Imperio Antiguos*. Barcelona: Editorial Labor, 1976.

<sup>7</sup> CARRIER, James. (org). *A handbook of economic anthropology*. Cheltenham (UK); Northampton (USA): Edward Elgar, 2005. pp. 1-9.

<sup>8</sup> PAULA, João Antônio. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 15.

<sup>9</sup> GODELIER, Maurice. Presentación. In: POLANYI, Karl; ARENSBERG, Conrad; PEARSON, Harry. *Comercio y mercado en los Imperio Antiguos*. Barcelona: Editorial Labor, 1976. pp. 13-15

<sup>10</sup> NEALE, Walter. *El mercado en la teoría y la historia*. In: POLANYI, Karl;...[et al]. *Comercio y mercado en los Imperio Antiguos*. Op. Cit. p. 405.

importante referência na prática cotidiana da vida econômica, a literatura especializada sobre o assunto costumeiramente o denomina como *marketplace*<sup>11</sup>.

Este sentido físico dos mercados se apresenta sobre diversas formas e em vários momentos da história, basta lembramos os inúmeros exemplos citados por Karl Polanyi quando relata a maneira sobre qual se organizava o comércio Kula<sup>12</sup> e a *centralidade* do sistema econômico nos Impérios despóticos do oriente próximo<sup>13</sup>. É possível citar outros casos que vão além do autor, por exemplo, os *port of trade* comuns entre povos da antiguidade que estavam localizados às margens do Mediterrâneo<sup>14</sup> ou mesmo na América pré-colombiana<sup>15</sup>, bem como as feiras montadas nas proximidades das cidades durante a fase do renascimento comercial na Europa medieval<sup>16</sup>. Hoje em dia, são os shoppings os grandes expoentes da concentração espacial das atividades comerciais, ou mesmo, as Bolsas de Valores responsáveis pela promoção da troca de mercadorias em proporções internacionais<sup>17</sup>.

Portanto, este ponto de vista (mais humano) sobre as relações econômicas se afasta radicalmente dos entendimentos dos economistas sobre a economia, de forma geral, os mercados são definidos por eles simploriamente pelo binômio: oferta e demanda, elementos apontados como fatores responsáveis pela formação de preços<sup>18</sup>.

Vivemos num mundo em que as pessoas nascem em clínicas e morrem em hospitais – não, em ambos os casos, em casas –, em que proliferam pontos de trânsito e residências temporárias: estas últimas podem ser luxuosas (cadeias de hotéis ou *spas* intercambiáveis, clubes de férias ou de lazer) ou desumanas (favelas, campos de refugiados). No mundo de hoje existem, também, uma densa rede de meios de transporte que multiplica não-lugares: estradas de alta velocidade que evitam e escondem as aglomerações humanas, aeroportos, cabines de avião ou trem, interiores de automóveis. Os frequentadores de supermercados, bancos 24 horas e máquinas caça-níqueis comunicam-se por gestos, sem palavras ou com o mínimo de palavras. E, além dos não-lugares físicos, há o que podemos chamar de não-lugares virtuais: as pessoas passam

---

<sup>11</sup> Ver em: MCMILLAN, John. *A reinvenção do Bazar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 14.

<sup>12</sup> POLANYI, Karl. *A grande transformação*. *Op. Cit.* p. 70.

<sup>13</sup> POLANYI, Karl. *Intercambio sin mercado en tiempo de Hammurabi*. In: POLANYI, Karl;...[et al]. *Comercio y mercado en los Imperio Antiguos*. *Op. Cit.*

<sup>14</sup> REVERE, Robert. “*Tierra de nadie*”: los puertos comerciales del Mediterráneo oriental. In: POLANYI, Karl;...[et al]. *Comercio y mercado en los Imperio Antiguos*. *Op. Cit.*

<sup>15</sup> CHAPMAN, Anne. *Puertos de comercio em las civilizações Aztecas y Mayas*. In: POLANYI, Karl;...[et al]. *Comercio y mercado en los Imperio Antiguos*. *Op. Cit.*

<sup>16</sup> PIRENNE, Henri. *História econômica e social da Idade Média*. São Paulo: Mestre Jou, 1966. PIRENNE, Henri. *Las ciudades de la edad media*. Madrid: Alianza, 1985.

<sup>17</sup> GEISST, Charles. *Wall Street: a history*. New York: Oxford, 1997. SOBEL, Robert. *Wall Street: a história da Bolsa de New York*. Rio de Janeiro: Casa do Livro, 1967. LEVY, Bárbara. *História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1977. BAGEHOT, Walter. *Lombard Street: el mercado monetario de Londres*. México: Fondo de Cultura Económica, 1968.

<sup>18</sup> SANDRONI, Paulo. (org.). *Novíssimo dicionário de economia*. São Paulo: Círculo, 1999.

muitas horas diante de tubos catódicos de televisão ou de microcomputadores.<sup>19</sup>

As relações de produção incitadas pelo modo de produção capitalista reestabelecem uma nova forma de interação entre o homem e a natureza, por vezes, gerando impactos ambientais irreversíveis<sup>20</sup> e transformando o espaço numa velocidade jamais vista na história da civilização humana. Alguns autores<sup>21</sup> chamam a atenção para o desenvolvimento tecnológico, principalmente em relação ao sistema de transporte e informação, que promovem uma integração dos espaços geograficamente distantes, ao ponto de anular o espaço através do tempo<sup>22</sup>.

Contudo delimitamos o tema central deste trabalho como uma tentativa de avançar nas reflexões sobre questões referentes à espacialidade, que como vimos, esta ideia está implícita no próprio conceito de mercado elaborado por Karl Polanyi. Buscamos assim desenvolver critérios para a definição de região através da constituição do *marketplace*, pois as relações de troca tendem a se estabelecerem num determinado espaço econômico, via de regra, são polarizadas nos núcleos aglutinadores de pessoas (cidade) e o fluxo destas atividades agiria no sentido da formação das Praças de Comércio.

#### *A mata mineira durante a consolidação capitalista*

Em 1962, o historiador Manuel Xavier Vasconcelos Pedrosa publicou, na revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, um revelador artigo sobre a “*Zona Silenciosa da historiografia mineira, a Zona da Mata*”<sup>23</sup>, no qual destaca as características que identificam a região como uma ruptura com o passado histórico de Minas Gerais<sup>24</sup>. A Mata surge com o século XIX e se transforma em um reflexo de seu tempo. Na primeira metade do século retrasado a cafeicultura avançava pelo Vale do

---

<sup>19</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion. *Um historiador fala de teoria e metodologia*. Bauru: EDUSC, 2005. p.45

<sup>20</sup> FOSTER, John Bellamy. *A ecologia de Marx*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

<sup>21</sup> Ver em: HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annalume, 2006. SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Edusp, 2008.

<sup>22</sup> HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. Op. Cit. p. 49.

<sup>23</sup> PEDROSA, Xavier. *Zona Silenciosa da Historiografia Mineira - Zona da Mata*. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte, v. 9. 1962.

<sup>24</sup> *Idem*. p. 189.

Paraybuna e, em pouco tempo, Minas Gerais estava produzindo cerca de 20% do café exportado pelo Brasil (condição que se manteve regular até a década de 1930)<sup>25</sup>.

O avanço da fronteira do café em Minas Gerais foi responsável não somente pela devastação da Mata Atlântica<sup>26</sup>, mas também por estimular o desenvolvimento material da região a partir da produção de uma *commodity*<sup>27</sup>. O sistema agrícola adotado localmente gerou inúmeros efeitos em cadeia, estes foram sentidos tanto nos setores de fornecimento de insumos como também naqueles utilizados pela produção (p. ex. ferrovia)<sup>28</sup>. Todavia, este trabalho se concentrará nas questões que tocam os efeitos em cadeia de consumo e fiscais, um relacionado à dinâmica de substituição de importação e o segundo que diz respeito à forma de taxar e reinvestir os ganhos auferidos com o recolhimento de impostos e outros mecanismos de captação de recursos<sup>29</sup>.

Sendo assim, a cidade é posta no debate histórico e econômico por se tratar de um centro político-administrativo, cuja autonomia das decisões do poder executivo se limita ao seu território, mas sua influência pode transbordar as dimensões do Estado Nacional. Neste sentido, torne-se óbvio dizer que uma capital irá concentrar maiores poderes, entretanto o presente trabalho propõe o estudo de uma cidade que se tornou um polo de crescimento regional sem jamais atingir tal condição, logo, suas características periféricas não impediram sua urbanização, fortemente marcada pelo processo de industrialização<sup>30</sup>, fundação de Bancos<sup>31</sup>, pioneirismo na produção de energia hidroelétrica(1889)<sup>32</sup>.

---

<sup>25</sup> PIRES, Anderson. *Minas Gerais e a Cadeia Global da “Commodity” cafeeira – 1850/1930*. Revista Eletrônica de História do Brasil. Juiz de Fora, v. 9, nº 1. 2007. pp. 5-47. p. 15.

<sup>26</sup> DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

<sup>27</sup> Ver em: PIRES, Anderson. *Minas Gerais e a Cadeia Global da “Commodity” cafeeira – 1850/1930*. *Op. Cit.*; VITORETTO, Bruno. *Parahybuna à Zona da Mata (1830/1870)*. 2012. 162 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFJF, Juiz de Fora, 2012.

<sup>28</sup> HIRSCHMAN, Albert. *Desenvolvimento por efeito em cadeia uma abordagem generalizada*. IN: SORJ, Bernardo. *Economia e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 12

<sup>29</sup> Ver em: MATTOS, Alysio. *Promptuario e Assessor dos Exactores do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1929. pp. 84-89.

<sup>30</sup> Ver em: GORENDER, Jacob. *A burguesia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 2004. pp. 43-44.; ANDRADE, Sílvia Maria. *Classe operária em Juiz de Fora*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1987.; PIRES, Anderson. *Café, finanças e indústria*. Juiz de Fora: FUNALFA, 2009.

<sup>31</sup> Ver em: RIBEIRO, João. *Bancos: Memória*. Juiz de Fora: Juiz de Fora: Typographia Central, 1903. CROCE, Marcus. *O encilhamento e a economia de Juiz de Fora: o balanço de uma conjuntura (1888-1898)*. Juiz de Fora: FUNALFA, 2008.

<sup>32</sup> Ver em: VARGAS, Milton (org.). *História da técnica e da tecnologia no Brasil*. São Paulo: Unesp/CEETEPS, 1994. p.181; OLIVEIRA, Paulino. *Companhia Mineira de Eletricidade*. Juiz de Fora: Lar Católico, 1969.; BARROS, Cleyton. *Eletricidade em Juiz de Fora*. 2008. 152 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFJF, Juiz de Fora, 2008.

Juiz de Fora, centro de referência urbana na Zona da Mata, passou de aproximadamente 600 habitantes em 1855 para 15.000 em 1890, o que corresponde a um crescimento total de população urbana na base de 2500%<sup>33</sup>, segundo o recenseamento de 1920 o município e seus distritos registravam 51.392 habitantes<sup>34</sup>, incluindo a população rural. O aumento populacional da cidade naturalmente gerou demandas de interesse geral, decorrentes das “necessidades públicas”<sup>35</sup>, satisfeitas através das decisões do poder executivo. Desta forma, foram realizadas diversas melhorias materiais no espaço urbano, bem como outras obras de infraestrutura necessárias a economia regional, especialmente no que tange a comunicação (informação e transporte de mercadoria).

Em 1861, terminavam as obras de construção da Estrada de Rodagem União e Indústria, fato que colaborou para elevar a cidade à condição de um “empório comercial”, concentrando regionalmente os fluxos de exportação e importação de mercadorias, em que pese a chegada da Estrada de Ferro D. Pedro II na cidade em 1875. Alguns anos mais tarde, Juiz de Fora passou a ser o lugar de entroncamento ferroviário entre a referida estrada de ferro e a Estrada de Ferro Leopoldina<sup>36</sup>. Além disso, o sistema de informação da cidade foi aperfeiçoado com a chegada do telefone (1883) e do telégrafo (1884), tecnologias de comunicação que acompanharam o processo de globalização experimentado no final do século XIX e início do XX<sup>37</sup>.

No âmbito local as necessidades públicas derivavam dos problemas cotidianos, tais como: abastecimento de água, saneamento, iluminação pública, fornecimento de energia, calçamento de ruas, retificação dos rios, entre outros serviços urbanos cuja realização dependia das intervenções no espaço urbano através de obras públicas. Estas obras foram realizadas sobre uma orientação técnica e utilizaram determinada quantidade de material importado ou produzido pela indústria da construção civil que se desenvolveram localmente, reforçando o processo de substituição de importação<sup>38</sup>.

---

<sup>33</sup> MIRANDA, Sônia. *Cidade, Capital e Poder*. 1990. 322 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFF, Niterói, 1990. p. 99.

<sup>34</sup> MINAS GERAIS. *Minas segundo o recenseamento de 1920*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1924.

<sup>35</sup> BALEEIRO, Aliomar. *Uma introdução à Ciências das Finanças*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Forense, 1958. p.13.

<sup>36</sup> GIROLETTI, Domingos. *Industrialização de Juiz de Fora (1850/1930)*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1988.

<sup>37</sup> FRIEDEN, Jeffrey. *Global Capitalism*. New York: W.W. Norton & Company, 2007.

<sup>38</sup> MOTOYAMA, Shozo (org.). *Tecnologia e industrialização no Brasil*. São Paulo: Unesp/CEETEPS, 1994.

A historiografia acerca de Juiz de Fora tem dado uma atenção especial ao processo de consolidação capitalista da cidade e região, (num sentido mais amplo)<sup>39</sup> que também é entendido como período de modernização capitalista das estruturas socioeconômicas que conduziram à formação de uma sociedade de mercado. Neste sentido foram desenvolvidas inúmeras pesquisas abordando temas como a industrialização, transição de mão de obra, urbanização, modernização financeira pelas instituições bancárias, desenvolvimento do setor de serviços privados, higienismo, entre outros<sup>40</sup>. A modernização capitalista pela qual passou Juiz de Fora a partir da década de 1850 transformou significativamente as relações de produção do espaço urbano.

Convergindo com a bibliografia mais recente<sup>41</sup>, percebe-se que muitos outros componentes do processo de consolidação capitalista local não foram considerados, dentre eles se destacam os aspectos financeiros, principalmente aqueles a cargo da Câmara municipal de Juiz de Fora, uma vez que os realizados por empresas particulares (como a Companhia Mineira de Eletricidade) já possuem alguma referência na historiografia<sup>42</sup>. Este trabalho de pesquisa procura, em parte, satisfazer esta lacuna. Desta forma, um dos aspectos que tem sido ressaltado por esta bibliografia mais atual é a consolidação do mercado de capitais local, delineado a partir da retenção e reaplicação de recursos financeiros auferidos através da produção cafeeira regional. Dada à existência da oferta e demanda por crédito no mesmo espaço econômico, o capital cafeeiro criou um circuito que possibilitou a modernização capitalista da cidade<sup>43</sup>.

Os recursos acumulados pelas poupanças e capitais locais possibilitaram a diversificação de investimentos na região, destacando-se aqueles que representam a transferência de recursos financeiros entre os setores “tradicionais” (agrícolas) e aqueles “modernos” (urbano-industriais), cuja dinâmica decorre do próprio processo de consolidação do capitalismo. Aqui se encontra uma das principais questões presentes

---

<sup>39</sup> BERMAM, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

<sup>40</sup> GIROLETTI, Domingos. *Industrialização de Juiz de Fora (1850-1930)*. Op. Cit. SARAIVA, Luiz Fernando. *Um correr de casas, antigas senzalas*. 2001. 203 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFF, Niterói, 2001. MIRANDA, Sônia. *Cidade, Capital e Poder*. Op. Cit. CROCE, Marcus. *O encilhamento e a economia de Juiz de Fora*. Op. Cit. BARROS, Cleyton. *Eletricidade em Juiz de Fora*. Op. Cit. BARROSO, Elaine. *Modernização e Higienismo*. 2008. 223 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFJF, Juiz de Fora, 2008. GOODWIN Jr., James William. *A “Princesa de Minas”*. 1996. 226 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFMG, Belo Horizonte, 1996. CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. *A “europa dos pobres”*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1994.

<sup>41</sup> ROCHA, Maria Manuela. *Crédito Privado num contexto urbano*. 1996. 576 f. Dissertação (Doutorado em História) – Instituto Universitário Europeu, Florença, 1996.

<sup>42</sup> OLIVEIRA, Paulino. *Companhia Mineira de Eletricidade*. Op. Cit. MIRANDA, Sônia. *Cidade, Capital e Poder*. Op. cit.

<sup>43</sup> PIRES, Anderson. *Café, Finanças e Indústria*. Juiz de Fora: FUNALFA, 2009.



neste trabalho, a importância dos recursos gerados na cafeicultura local para o processo de urbanização e modernização do município, em especial na provisão de recursos e financiamento das obras de serviços públicos realizadas pelo poder executivo municipal utilizando o mercado de capitais local para levantar os recursos financeiros necessários.

Num país sem um sistema de finanças amplamente organizado, o mercado informal de crédito<sup>44</sup> tornou-se um instrumento fundamental para o financiamento das lavouras de café, assim como para os setores urbanos da economia, tais como as indústrias e as melhorias dos serviços públicos urbanos. É nesta direção que caminha o presente trabalho de pesquisa. No ano de 1861, Juiz de Fora se configurava como a terceira maior arrecadação do Estado de Minas Gerais, somando uma quantia de 9:417\$167, estando à sua frente apenas Ouro Preto e São João Del-Rei, arrecadando 16:590\$575 o primeiro e 15:590\$563 o segundo. Pouco tempo depois, antes de 1870, nenhum outro município mineiro se equiparava em termos de arrecadação a Juiz de Fora<sup>45</sup>.

Dada a limitação financeira dos municípios brasileiros no Império e durante a Primeira República, a arrecadação ordinária obtida através das taxações sobre imóveis e impostos (como o de indústria e profissões) se mostrava insuficiente para a realização de obras públicas demandadas pela dinamização urbana das cidades. Sendo assim, os lançamentos de títulos da dívida municipal se mostraram um importante mecanismo de arrecadação de recursos financeiros com a finalidade de serem aplicados em obras urbanas específicas<sup>46</sup>. Grandes centros, como o Rio de Janeiro e São Paulo, não apenas lançavam títulos, como os mantinham cotados e negociados regularmente nas Bolsas de Valores<sup>47</sup>. Entretanto, outros municípios de menor porte também emitiram títulos públicos como forma de complementação ou adiantamento de sua dotação orçamentária.

A Câmara municipal de Juiz de Fora também realizou a subscrição de títulos da dívida municipal em algumas oportunidades. Foram detectados lançamentos (novos ou

---

<sup>44</sup> “[...] *Mas antes de discutir os mercados financeiros em particular, pode-se perguntar o que constitui um mercado. Nós definiremos um mercado como qualquer sistema organizado de troca, seja centralizado ou descentralizado, informal ou formal. Um mercado pode alocar recursos baseado em preço, informação ou em uma combinação de ambos.*” HOFFMAM, P.T., POSTEL-VINAY, G. and ROSENTHAL, J-L. *Priceless market: the political economy of credit in Paris*. Chicago: University of Chicago Press, 2000 apud PIRES, Anderson. *Café, Finanças e Indústria*. Op. cit. p. 23.

<sup>45</sup> OLIVEIRA, Paulino. *História de Juiz de Fora*. 2. ed. Juiz de Fora: Gráfica Comércio e Indústria, 1966. p. 93.

<sup>46</sup> LEVY, Maria Bárbara. *História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1977.

<sup>47</sup> *Ibid.*, p. 73.

de consolidação de antigos empréstimos) nos anos de 1870 (juro de 0%), 1885, 1888, 1890 (com juros variando de 6% a 8%) e um *funding loan* no ano de 1892, quase todos referentes à construção de obras públicas e com características típicas que envolvem os títulos de dívida pública: longo prazo, negociabilidade e juros fixos, para o que nos interessa de mais imediato.

Considerando os dados levantados, os títulos públicos de Juiz de Fora estão presentes de forma relativamente regular no patrimônio de fazendeiros de café (entre outros) na devida proporção, conjuntamente com outros ativos financeiros, quase todos indicando a presença de um mercado financeiro local e a transferência intersetorial de recursos<sup>48</sup>. O investimento capitalista em títulos financeiros dos mais variados tipos é uma prática econômica moderna, não obstante os títulos públicos sejam especialmente vistos como “tradicional”, dada a sua natureza de remuneração fixa e baixo risco, pois eles – sejam municipais, estaduais ou federais – se configuram como uma opção mais segura para a diversificação de investimentos e composição de *portfólios*<sup>49</sup>.

Nossos esforços se concentram em realizar algumas considerações sobre a utilização dos Títulos da Dívida Pública como objeto de estudo, bem como entender sua dinâmica financeira no interior da praça comercial que se forma na cidade, principalmente no que se refere aos seus aspectos financeiros. Este objeto tem passado à margem dos estudos históricos e econômicos, porém tem sido muito mais estudado através das suas características jurídicas, especialmente no que tange sua regulamentação. São raras as referências sobre o assunto, o pouco de material encontrado se detém a uma análise dos Títulos da Dívida Pública emitidos pelo governo central, em dois períodos históricos específicos: o primeiro trata-se da utilização deste mecanismo financeiro para levantar capital durante a Guerra do Paraguai (1864) e o segundo para o financiamento das obras infraestruturais promovidas na última década do XIX e início do século XX, onde observamos uma forte expansão da malha ferroviária no sudeste do país e melhorias no sistema portuário.

Torna-se necessário dizer que a administração pública depende diretamente da tributação realizada ordinariamente dentro do território, cada uma das esferas de poder (Central, Intermediário e Local) possuem maneiras de taxar a sociedade. O poder central, representado pelo Estado Nacional ou União, recolhia através da taxação dos produtos importados, em que pese o Brasil se encontrar numa posição periférica de

---

<sup>48</sup> PIRES, Anderson, *Café, Finanças e Indústria*. Op. cit. pp. 358-361.

<sup>49</sup> COSTA, Fernando Nogueira. *Economia monetária e financeira*. São Paulo: MAKRON Books, 1999.

industrialização, situação que gerava uma forte dependência externa, especialmente dos bens de capital. O poder intermediário representado pelas Províncias e posteriormente a 1889 pelos Estados, ordinariamente cobrava impostos sobre as exportações, sendo assim, regiões exportadoras tinham maior capacidade de arrecadação. Quanto ao poder local, sua forma de criar receita originava dos impostos sobre indústria e profissões, além da taxaço sobre os imóveis.

Entretanto, este trabalho não busca aprofundar nas questões ordinárias de nenhuma das esferas de poder apresentada, o fio condutor será a alavancagem de capital extraordinário realizada pela administração pública, entendemos este mecanismo como uma forma de adiantamento da dotação orçamentaria. Assim como em outros trabalhos, Assis Ribeiro, apresenta duas maneiras da administração pública levantar uma quantia extraordinária: a primeira seria a realização de empréstimos com alguma instituição financeira (nacional ou não) e a segunda, através dos lançamentos de Títulos da Dívida Pública, que em alguns casos específicos chegaram a ser emitidos pelas administrações públicas locais.

As apólices da Dívida Pública são ativos financeiros que circulam no mercado de capitais, tanto primário quanto secundário. O mercado primário é definido segundo sua função dentro do sistema financeiro, ou seja, é responsável por organizar as operações com títulos em fase de lançamento para efeito de subscrição pública, portanto as operações não precisam de um local específico para se realizar, por isso é também conhecido como *mercado de balcão*<sup>50</sup>. O mercado secundário é o nome que se dá a fase posterior à do mercado primário, quando as transações envolvendo ativos financeiros devem ser obrigatoriamente realizadas na Bolsa de Valores<sup>51</sup>.

## Conclusão

Neste sentido entendemos nossos esforços como uma tentativa de promover uma discussão histórica voltada a uma análise econômica, na teoria e na sua prática, cujo principal objetivo foi colaborar para o adensamento dos debates historiográficos acerca da formação da sociedade de mercado, especialmente no que tange seus aspectos

---

<sup>50</sup> Para um maior entendimento do mercado financeiro primário ocorrido na região da Zona da Mata sugerimos a leitura PIRES, Anderson. *Café, Finanças e indústria*. Juiz de Fora: FUNALFA, 2009.

<sup>51</sup> Para as questões históricas que envolvem a formação do mercado financeiro secundário indicamos consultar LEVY, Maria Bárbara. *História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1977.

financeiros. Além disso, o recorte espacial proposto torna-se fundamental para aprofundarmos nas questões que dizem respeito à dinâmica de consolidação capitalista numa região periférica, a Zona da Mata mineira e seu principal polo de desenvolvimento urbano.

Sendo assim, é mister perceber que em municípios como Juiz de Fora (capital regional da Zona da Mata mineira no período) se formou um grupo social de investidores, composto por fazendeiros, comerciantes, profissionais liberais, entre outros agentes, que realizavam aplicações no mercado financeiro local e foram responsáveis (de forma indireta) pelo financiamento do desenvolvimento dos serviços públicos e obras de infraestrutura tão importantes que implicaram no surgimento de energia elétrica, telefonia transportes urbanos, ferrovias, etc.

Este trabalho procura contribuir para ampliar o conhecimento sobre os Títulos da Dívida Pública, principalmente os municipais, ainda muito pouco estudados pela historiografia brasileira, que sobre o assunto possui raríssimos trabalhos historiográficos. Esta escassez de referências bibliográficas se estende até mesmo aos títulos públicos estaduais e federais, que apresentam maior importância financeira em razão de sua liquidez e negociação regular nas Bolsas de Valores.

Ainda assim, predomina nestes trabalhos a visão de que os investimentos em títulos públicos constituem meros mecanismos financeiros responsáveis pela transferência e esterilização dos recursos gerados em uma região, privando-a de investimentos mais significativos e de maiores condições para o desenvolvimento econômico. Tentando contrapor esta visão excessivamente centralizadora, a presente pesquisa, ao estudar os lançamentos de títulos públicos municipais, tenta valorizar os aspectos regionais e locais da história financeira do país demonstrando a existência de um circuito financeiro local responsável não só pelo conhecido processo de industrialização do município, como também de toda dinâmica de urbanização que o secundou.

A cidade de Juiz de Fora, localizada na sub-região mineira da Zona da Mata, se tornou ao longo do século XIX o polo de crescimento deste espaço econômico, seu desenvolvimento urbano foi encadeado pela produção extensiva do café. A lei provincial de nº 472 do ano de 1850 é o marco da emancipação política-administrativa de Juiz de Fora, coincidentemente a cidade nasceu no mesmo ano que foi aprovada a Lei de Terras, Lei Eusébio de Queiros e o primeiro Código Comercial Brasileiro.

Estes três componentes jurídicos foram os responsáveis pela regulamentação das *mercadorias fictícias* (terra, trabalho e capital), elementos fundamentais para a organização de uma sociedade de mercados. Desta forma, nosso objetivo foi discutir a modernização de Juiz de Fora, bem como sua diversificação econômica e seu crescimento material.

Concordando com uma historiografia mais recente, partimos da ideia que a cidade criou mecanismos para a retenção de capital, tendo a cafeicultura como o setor superavitário desta economia. Neste sentido, o próprio espaço urbano, em desenvolvimento, criou inúmeras oportunidades de investimentos capitalistas. Veremos então a formação de um mercado financeiro local, capaz de redistribuir este capital excedente da produção para os setores deficitários da economia local. A consolidação das relações capitalista, em âmbito local permitiu a organização de um circuito financeiro, que estimulou o desenvolvimento material da cidade, facilmente percebido através de um intenso processo de urbanização fortemente marcado pela industrialização.

Durante nossas pesquisas foi possível identificar inúmeras oportunidades de investimentos urbanos, entre elas se destacam: ações, debentures, investimentos imobiliários, entre outros mecanismos que representam, de alguma forma, a retenção do capital na praça comercial de Juiz de Fora.

### *Referências*

ANDRADE, Silvia Maria. *Classe operária em Juiz de Fora*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1987.

BAGEHOT, Walter. *Lombard Street: el mercado monetario de Londres*. México: Fondo de Cultura Económica, 1968.

BALEEIRO, Aliomar. *Uma introdução à Ciências das Finanças*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Forense, 1958.

BARROS, Cleyton. *Eletricidade em Juiz de Fora*. 2008. 152 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFJF, Juiz de Fora, 2008.

BARROSO, Elaine. *Modernização e Higienismo*. 2008. 223 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFJF, Juiz de Fora, 2008.

- BERMAM, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- CARDOSO, Ciro. *Um historiador fala de teoria e metodologia*. Bauru: EDUSC, 2005.
- CARRIER, James. (org). *A handbook of economic anthropology*. Cheltenham (UK); Northampton (USA): Edward Elgar, 2005.
- CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. *A “europa dos pobres”*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1994.
- COSTA, Fernando Nogueira. *Economia monetária e financeira*. São Paulo: MAKRON Books, 1999.
- CROCE, Marcus. *Oencilhamento e a economia de Juiz de Fora: o balanço de uma conjuntura (1888-1898)*. Juiz de Fora: FUNALFA, 2008.
- DALTON, George. *Primitive, archaic, and modern economic*. Boston: Beacon, 1971.
- DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- FOSTER, John Bellamy. *A ecologia de Marx*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- FRIEDEN, Jeffry. *Global Capitalism*. New York: W.W. Norton & Company, 2007.
- GEISST, Charles. *Wall Street: a history*. New York: Oxford, 1997.
- GIROLETTI, Domingos. *Industrialização de Juiz de Fora (1850/1930)*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1988.
- GOODWIN Jr., James William. *A “Princesa de Minas”*. 1996. 226 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFMG, Belo Horizonte, 1996.
- GORENDER, Jacob. *A burguesia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annalume, 2006.
- HIRSCHMAN, Albert. *Desenvolvimento por efeito em cadeia uma abordagem generalizada*. IN: SORJ, Bernardo. *Economia e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- LEVY, Maria Bárbara. *História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1977.
- MATTOS, Alysio. *Promptuario e Assessor dos Exactores do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1929.
- MCMILLAN, John. *A reinvenção do Bazar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

MINAS GERAIS. *Minas segundo o recenseamento de 1920*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1924.

MIRANDA, Sônia. *Cidade, Capital e Poder*. 1990. 322 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFF, Niterói, 1990.

MOTOYAMA, Shozo (org.). *Tecnologia e industrialização no Brasil*. São Paulo: Unesp/CEETEPS, 1994.

OLIVEIRA, Paulino. *Companhia Mineira de Eletricidade*. Juiz de Fora: Lar Católico, 1969.

\_\_\_\_\_. *História de Juiz de Fora*. 2. ed. Juiz de Fora: Gráfica Comércio e Indústria, 1966.

PAULA, João Antônio. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PEDROSA, Xavier. *Zona Silenciosa da Historiografia Mineira - Zona da Mata*. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte, v. 9. 1962.

PIRENNE, Henri. *História econômica e social da Idade Média*. São Paulo: Mestre Jou, 1966.

\_\_\_\_\_. *Las ciudades de la edad media*. Madrid: Alianza, 1985.

PIRES, Anderson. *Café, finanças e indústria*. Juiz de Fora: FUNALFA, 2009.

\_\_\_\_\_. *Minas Gerais e a Cadeia Global da “Commodity” cafeeira – 1850/1930*. Revista Eletrônica de História do Brasil. Juiz de Fora, v. 9, n° 1. 2007. pp. 5-47.

POLANYI, Karl. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

POLANYI, Karl; ARENSBERG, Conrad; PEARSON, Harry. *Comercio y mercado en los Imperio Antiguos*. Barcelona: Editorial Labor, 1976.

RAUD-MATTEDI, Cécile. *A construção social do mercado em Durkheim e Weber: análise do papel das instituições na sociologia econômica clássica*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 20. n° 57.

RIBEIRO, João. *Bancos: Memória*. Juiz de Fora: Juiz de Fora: Typographia Central, 1903.

ROCHA, Maria Manuela. *Crédito Privado num contexto urbano*. 1996. 576 f. Dissertação (Doutorado em História) – Instituto Universitário Europeu, Florença, 1996.

SANDRONI, Paulo. (org.). *Novíssimo dicionário de economia*. São Paulo: Círculo, 1999.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Edusp, 2008.

SARAIVA, Luiz Fernando. *Um correr de casas, antigas senzalas*. 2001. 203 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFF, Niterói, 2001.

SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SOBEL, Robert. *Wall Street: a história da Bolsa de New York*. Rio de Janeiro: Casa do Livro, 1967.

VARGAS, Milton (org.). *História da técnica e da tecnologia no Brasil*. São Paulo: Unesp/CEETEPS, 1994.

VITORETTO, Bruno. *Parahybuna à Zona da Mata (1830/1870)*. 2012. 162 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFJF, Juiz de Fora, 2012.



**Atrofia do crédito e desenvolvimento:  
Hipotecas e as Caixas Econômicas entre a Grande Depressão e a crise dos anos 1960**

RENATO LEITE MARCONDES<sup>1</sup>

Professor da FEA-RP/USP e bolsista do IPEA.

Resumo: A literatura historiográfica mais recentemente apontou o desenvolvimento relativo do crédito até a década de 1930. A partir da crise de 1929 o governo federal promoveu uma série de intervenções financeiras importantes, que aumentou a participação pública no setor. Os bancos já foram mais estudados pela literatura, até mesmo o Banco do Brasil e o BNDE. O nosso artigo estuda o crédito hipotecário que ainda foi pouco destacado e uma instituição também não muito referida em grande parcela das discussões: as Caixas Econômicas. Procuramos acompanhar as mudanças institucionais e suas consequências para o mercado financeiro, especialmente de dívida interna e hipotecas. De outro lado, destacamos as Caixas como um agente importante do mercado imobiliário urbano nessa época, mediante o crédito hipotecário. Antes das reformas monetárias e financeiras do PAEG, o crescimento inflacionário dificultou o funcionamento do mercado de crédito, não apenas bancário.

Palavras-chave: Crédito, sistema financeiro, hipotecas, inflação e juros reais negativos.

---

<sup>1</sup> Agradeço às funcionárias do Setor de Documentação do IPEA que facilitaram o acesso aos livros da biblioteca não disponíveis em outros locais: Margarida Maria Pacheco de Araújo (Chefe da Biblioteca) e Elizabeth Ferreira da Silva. Adicionalmente, agradeço ao apoio da FAPESP para o desenvolvimento da pesquisa.